SEMÂNTICA & PRAGMÁTICA: CAMPOS IN/DEPENDENTES¹

Dieysa Kanyela Fossile²

RESUMO: Este artigo se apresenta como uma proposta para se repensar a relação entre as disciplinas: semântica & pragmática. Questiona-se a perspectiva de Recanati (2004) que propõe que o conteúdo proposicional da sentença é desnecessário e que somente o que o falante diz no sentido pragmático deve ser levado em conta ao se interpretar “o que é dito”. Para análise dessa relação: significado da sentença & significado do falante, tomou-se o caso da Visão Sincrética (cf. BACH (1994a, 1994b); SOAMES (2002)) e da Perspectiva Contextualista de Recanati (2004), a primeira perspectiva distingue as noções: semântica & pragmática, e não desconsidera nem uma nem outra perspectiva; enquanto que a segunda rejeita o componente semântico, considerando apenas o pragmático ao se interpretar “o que é dito”.

Palavras-chave: Semântica. Pragmática. O que é dito.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, intenciona-se questionar a perspectiva de Recanati (2004), a qual é de caráter contextualista e desconsidera o componente semântico “do que é dito”, julgando que esse componente deve ser descartado e somente o que o falante diz deve ser considerado. Para tanto, as questões que se apresentam são: De acordo com a perspectiva recanatiana, as palavras e, por sua vez, as sentenças são nulas de significação? É possível compreender “o que é dito” apenas por meio da noção pragmática, rejeitando o conteúdo proposicional, tal como propõe Recanati (2004)?

Pensando nessas questões, o texto terá como percurso: a breve retomada sob uma versão tradicional do que vem a ser Semântica & Pragmática e qual a fronteira entre ambas; as três linhas principais e atuais de pesquisa em Pragmática; o debate entre a Visão Sincrética – (perspectiva que distingue as noções: “o que a sentença diz”

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina de Pragmática do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC. Disciplina ministrada pelo professor Dr. Heronides Moura, a quem agradeço imensamente pelas orientações e explicações.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: dieysa@ibest.com.br.

e “o que o falante diz”, considerando ambas, sem descartar nem a primeira nem a segunda noção) - e a perspectiva Contextualista de Recanati (2004); os problemas apontados por Recanati (2004) em relação à Visão Sincrética; apresentam-se respostas alternativas aos problemas apresentados por Recanati; e, por fim, assume-se uma posição final diante das duas perspectivas: Visão Sincrética e Visão Contextualista recanatiana, ou seja, é-se a favor da primeira perspectiva.

1 TRADICIONALMENTE: O QUE É PRAGMÁTICA? O QUE É SEMÂNTICA? QUAL A FRONTEIRA ENTRE AMBAS?

De acordo com uma visão mais tradicional, a Pragmática pode ser entendida como a ciência do uso linguístico (PLAZA, 2003: 47). Já a Semântica tenta descrever o significado das palavras e das sentenças (OLIVEIRA, 2003: 17), “[...] se preocupa com as relações entre os símbolos da língua e as coisas no mundo a que eles referem, ou sobre as quais mantêm condições de verdade” (FODOR, 2007: 1). De maneira geral, a Semântica é entendida como a ciência que estuda a significação (ILARI & GERALDI, 1992: 5). Quase sempre, a fronteira entre ambas é basicamente delineada a partir da ideia de contexto. Isto é, é transferida ao campo da Semântica a significação que não depende de contexto, enquanto que o que depende de contexto é transferido para o campo da Pragmática (MOURA, 2000a: 66; 2000b). É comum encontrar essas informações - (definições) - na literatura. Porém, pensando na disciplina da semântica, argumenta-se que se deve “[...] tomar cuidado com essa definição porque a interpretação do sentido da sentença requer levar em consideração o contexto, a situação de fala” (OLIVEIRA, 2006: 5). Por exemplo: Eu estou feliz, significa que o falante no momento em que enuncia essa sentença está num estado de felicidade. Dessa forma, segundo Oliveira (2006: 5), em determinado momento, essa sentença poderá ser verdadeira para um falante, mas poderá ser falsa para um outro falante. Ou então, essa sentença, em determinado momento poderá ser verdadeira para um falante e, em outro momento, poderá ser falsa para esse mesmo falante. Sem levar o contexto em conta é complicado estabelecer, no caso, completamente o significado da sentença → (Eu estou feliz) e da grande maioria das sentenças da língua natural.

Assim, tanto a Semântica quanto a Pragmática estão ligadas ao contexto, porém com metas diferentes (OLIVEIRA, 2006; MOURA, 2000b). Portanto, de acordo com as palavras de Oliveira (2006: 4 - 7), uma forma mais precisa e até de certa maneira segura de distinguir Semântica e Pragmática é por meio da ideia de *intenção do falante*. Desta forma, a Pragmática tenta reconstruir o que o falante pretende dizer ao enunciar uma sentença, ou melhor, a Pragmática pretende reconstruir qual a intenção comunicativa do falante ao enunciar uma dada sentença. Em outras palavras, o falante deseja que o ouvinte entenda/note sua intenção ao enunciar uma dada sentença. Já a Semântica pretende reconstruir o sentido de uma

frase. É interessante observar que o estudo das implicaturas, quer dizer, das inferências que acabam disparando pelo uso de uma determinada sentença num dado fundo conversacional está ligado ao campo da Pragmática, enquanto que deixar claro em que condições certa sentença é usada para ressaltar o verdadeiro é tarefa da Semântica.

Esses dois campos: Semântica & Pragmática, inicialmente, podem ser separados assim:

(a) Semântica ↔ Significado da Sentença (SS), o que a sentença diz;

(b) Pragmática ↔ Significado do Falante (SF), isto é, o que o falante pretende dizer com a sentença que enuncia (OLIVEIRA, 2006: 7).

Assim é possível compreender que,

por *linguagem* entende-se o uso de uma língua e o emprego de sua gramática na vida de uma comunidade de falantes. [Desta forma], a sintaxe estuda o aparato combinatório de uma língua; a semântica, seu aparato interpretativo. A pragmática trata da maneira pela qual a gramática como um todo pode ser usada em situações comunicativas concretas. (CHIERCHIA, 2003: 26).

2 AS TRÊS LINHAS PRINCIPAIS E ATUAIS DE PESQUISA EM PRAGMÁTICA

Moura (2007: 6) apresenta três linhas principais de pesquisa no campo da Pragmática. Entre elas,

- (1) a linha Neo-griceana;
- (2) a linha Contextualista;
- (3) a versão Social-discursiva.

Em relação à primeira linha de pesquisa apresentada, cita-se: Grice. Segundo Plaza (2003), esse autor sustenta que para haver comunicação é necessário existir cooperação entre os usuários. Em meados da década de 1960, Grice elaborou um quadro de implicaturas conversacionais, melhor explicando, ele elaborou um quadro “[...] de regras que deveriam estar presentes no sucesso de todo e qualquer ato de linguagem” (PLAZA, 2003: 62), que ficou conhecido como: *Princípio de Cooperação*. Esse Princípio de Cooperação apresenta 4 categorias que, por sua vez, apresentam certas máximas e submáximas conversacionais mais específicas. Essas 4 categorias são explicadas a seguir com base em Dascal (1982: 86-88) e Maciel (2001: 41):

(1) **CATEGORIA DA QUANTIDADE** esta categoria está relacionada com a quantidade de informação a ser apresentada e a ela estão ligadas as máximas:

- (a) fazer com que a contribuição seja tão informativa quanto é requerido;

(b) não fazer com que a contribuição seja mais informativa do que é necessário.

(2) **CATEGORIA DA QUALIDADE:** aqui, encontra-se a supermáxima: “Tratar de fazer uma contribuição que seja verdadeira” e duas máximas mais específicas, que são as seguintes:

(a) não dizer o que se acredita/pensa ser uma informação falsa;

(b) não dizer senão aquilo para que se possa fornecer evidência apropriada/adequada.

(3) **CATEGORIA DA RELAÇÃO:** nesta categoria é apresentada uma única máxima “Ser relevante”.

(4) **CATEGORIA DO MODO:** esta categoria não se relaciona a *o que* é dito, mas sim a *como* o que é dito deve ser dito, pode-se incluir a supermáxima: “ser claro”, e outras máximas, como:

(a) evitar obscuridade de expressão;

(b) evitar ambiguidades;

(c) ser breve (evitar prolixidade desnecessária);

(d) ser ordenado.

Grice separa o sentido literal do sentido pragmático. Para ele,

Quadro 1: Sentido Literal e Sentido Pragmático - Grice.

Como abordado por Moura (2007: 6), a linha *neo-griceana* é muito apreciada pelos semanticistas, pois deixa a pragmática em segundo plano e postula que a pragmática não apresenta efeito sobre as condições de verdade de uma sentença. Essa linha defende, dessa maneira, que cabe à semântica atribuir condições de verdade a uma sentença. Essa perspectiva parece ser vantajosa por ser clara e objetiva.

Por exemplo, no caso da ordem “Abra a porta” [...] a semântica estipularia apenas uma injunção para que se realize um estado de coisas muito geral, no qual a porta deve estar aberta, e nada se diz sobre como isso deve ser feito. No meu entendimento, uma abordagem neo-griceana deve dizer que não há problema algum, do ponto de vista semântico, em usar a marreta e não a maçaneta pra abrir a porta! A impropriedade seria apenas pragmática, como alguém que responderia à frase “Sente aqui”, sentando-se de costas na cadeira indicada, com as pernas voltadas para o espaldar! A representação semântica dá um retrato esquemático do estado de coisas, os detalhes do retrato devem ser fornecidos pelas implicações pragmáticas, que são extremamente variadas e ricas, embora regidas por poucos princípios (as máximas da conversação). Outro exemplo: quando se diz “Está chovendo”, um elemento importantíssimo da comunicação não está expresso na frase: está chovendo AQUI e não alhures. Uma abordagem griceana diria: a proposição completa expressa é essa mesmo, muito genérica e lacunar, de que está chovendo em algum lugar. O “aqui” só entra depois de uma inferência pragmática baseada na relevância e na quantidade de informação fornecida. Se o falante me informa que está chovendo (e é só essa parte da informação que define as condições de verdade da sentença), eu posso inferir que isso foi dito para me informar de algo que seja importante para mim, e que se o lugar da chuva não foi especificado, é porque eu devo inferir a parte que falta na informação e, se nada na mensagem me leva a pensar o contrário, o mais importante é saber que aqui, e não na China, está chovendo (MOURA, 2007: 7).

Já os *contextualistas* são contrários à posição defendida pelos griceanos e/ou neo-griceanos. A perspectiva contextualista sustenta que uma sentença só terá significado proposicional se usada em um contexto específico. Eles, os contextualistas, defendem que a representação semântica não é satisfatória. Sustentam que numa sentença como “Está frio” não é possível identificar uma proposição completa. Pois, segundo os contextualistas numa sentença como essa há um local, onde está frio, que precisa ser indicado. E de acordo com o exemplo, o

lugar é um índice (uma dêixis); portanto, a sentença é indicial e só terá sentido no contexto (MOURA, 2007: 8).

Por fim, a terceira linha é a *social-discursiva* ou também denominada macropragmática (cf. MEY, 1998), parece-me, com base em Moura (2007), que essa é uma linha que se caracteriza por ser híbrida das duas linhas anteriores; pois,

a forma como essa abordagem pragmática encara o papel da semântica varia de autor para autor. Tanto se pode adotar uma perspectiva contextualista, que pressupõe que não há significado proposicional fora de um contexto de uso específico, quanto se pode adotar uma perspectiva neo-griceana, que reserva à proposição um papel fundamental no cálculo das mensagens codificadas linguisticamente (Moura, 2007: 10).

A partir da apresentação das três linhas principais e atuais de pesquisa em pragmática, o foco principal deste artigo é discutir a primeira linha e a segunda linha apresentadas: a neo-griceana e a contextualista. Essa discussão, a partir de agora, será desenvolvida com base na Visão Sincrética (cf. BACH (1994a; 1994b); SOAMES (2002), a qual parece apresentar um caráter griceano, pois ela sustenta que a proposição ocupa um lugar importante para calcular as mensagens que são codificadas linguisticamente, perspectiva que é criticada pelo contextualista: Recanati (2004).

3 LUTA DE CLASSES: VISÃO SINCRÉTICA (Cf. BACH (1994a; 1994b), SOAMES (2002)) E VISÃO CONTEXTUALISTA (RECANATI (2004))

A Visão Sincrética apresenta duas noções para “o que é dito”:

- (a) uma noção puramente semântica, noção minimalista³;
- (b) e uma noção pragmática (RECANATI, 2004).

³ Focaliza uma conexão fechada entre o “significado da sentença” e “o que é dito”; juntos, “significado da sentença” e “o que é dito” constituem o “significado literal” da sentença em oposição ao significado do falante.

Quadro 2: Visão Sincrética (Sentido Literal vs. Sentido Pragmático) (RECANATI, 2003: 51).

O minimalismo quer isolar uma noção de conteúdo puramente semântica, isto é, uma noção do conteúdo de uma sentença (com respeito ao contexto) que é composicionalmente determinado e considera elementos pragmáticos só quando for necessário. Uma posição contrária a essa quer capturar a noção intuitiva de - “o que é dito” - e enfatiza que aquilo que é dito naquele sentido é, em grande parte, determinado de certa maneira pelo contexto. As duas noções podem ser integradas compondo uma estrutura unificada de quatro níveis:

Quadro 3: O quadro de 4 níveis (RECANATI, 2003: 52).

Vários autores têm apresentado propostas a esse respeito. Entre esses autores cita-se: Nathan Salmon (1991), que em seu texto “The Pragmatic Fallacy”, distingue dois sentidos da frase - “O que é dito”:

(1) “o que é dito” no sentido estrito e filosófico (o conteúdo semântico da sentença, com respeito ao contexto em mãos) e;

(2) “o que é dito” no sentido solto/frouxo e popular (o conteúdo do ato de fala do falante). “O que é dito” no sentido solto/frouxo e popular é tipicamente mais rico do que o conteúdo semântico da sentença.

Desta maneira, Salmon (1991) traça uma distinção entre:

- (i) o que é dito no sentido minimalista;
- (ii) o que o falante afirma;
- (iii) o que ele (ou ela) implica.

Quando o significado convencional da sentença-tipo é acrescentado, isso produz alguma coisa como o quadro dos quatro níveis, acima apresentado. Kent Bach (cf. 1994a; 1994b) defende uma visão similar, com mais um nível. Na estrutura de Bach há cinco distinções:

- (1) o significado linguístico da sentença;
- (2) o que é dito no sentido menos do que mínimo;
- (3) a proposição mínima resultando da conclusão (= o que é dito no sentido minimalista);
- (4) a proposição não mínima resultando da expansão (= o que é dito no sentido pragmático, isto é, a “explicatura”, em terminologia teórica da relevância);
- (5) e, finalmente, as implicaturas conversacionais da sentença (não menciona o que o falante comunica não literalmente).

Um terceiro autor que vale a pena mencionar é Scott Soames (2002). No “Beyond Rigidity” ele escreve que em termos gerais, na informação que uma sentença carrega em um contexto, deve-se distinguir:

- (i) o contexto semântico da sentença proferida no contexto;
- (ii) o que o falante diz (afirma) através da sentença;
- (iii) o que o falante entende, implica, ou sugere ... (i) é oficialmente incluído em (ii), mas ... no caso de muitos enunciados, (ii) não é esgotado por (i).

Como Salmon e Bach, Soames contrasta “o que é dito” no sentido semântico com “o que é dito” no sentido pragmático. A Visão Sincrética promete render o melhor de ambos os mundos. Ela soa suplicante e razoável, sensata. Porém, para Recanati (2004), um dos pontos fracos da Visão Sincrética é, exatamente, o fato

dela estar muito ligada à noção de “o que é dito no sentido estrito e literal”, isto é, à noção minimalista do que é dito.

Assim, é possível esclarecer que,

- **interpretação semântica** é o processo por meio do qual um intérprete explora o seu conhecimento de uma linguagem, dita L, para indicar uma sentença arbitrária de condições de verdade de L. É o momento em que o intérprete lida com o sentido literal das palavras e das sentenças, sendo esse sentido determinado por regras da linguagem.

- **interpretação pragmática** é um processo totalmente diferente. Não está preocupado com a linguagem por si, mas com a ação humana. Quando alguém age, há uma razão porque ele/ela fez o que ele/ela fez. Oferecer uma interpretação para a ação é achar a razão, isto é, atribuir ao agente uma intenção particular para que se possa dar sentido à ação. Recanati (2004) sustenta que a melhor explicação que se pode oferecer para uma dada ação é a evidência disponível que pode ser revisada à luz de uma nova evidência. Mesmo se uma excelente explicação estiver disponível, ela pode sempre ser ignorada se nova evidência é aduzida/adicionada para descrever o comportamento do sujeito. Seguir qualquer parte da evidência pode ser relevante para a interpretação de uma ação. Em outras palavras, não há limite para a quantidade de informação contextual que pode afetar a interpretação pragmática. Uma aula particular de ações humanas é a de atos de comunicação. A aula é definida pelo fato que a intenção que sublinha a ação é uma intenção comunicativa. Por exemplo, para a comunicação ter sucesso, a pessoa que recebe a mensagem não deve somente entender “aquilo” que o agente faz, a pessoa que recebe a mensagem deve também entender “o que” o agente tenta comunicar. Para conseguir aquele efeito o comunicador deve fazer alguma coisa para evocar na mente da pessoa que recebe a mensagem aquilo que ele (comunicador) quer comunicar. Para aquele propósito o comunicador pode usar ícones, ou índices, ou símbolos, isto é, signos convencionais. Assim - (falante & ouvinte) - podem compartilhar a mensagem.

Nesse ponto, a interpretação semântica e a interpretação pragmática fazem contato uma com a outra. Desta forma, é possível assumir que a sentença tem uma certa interpretação semântica em L: ela significa “p”. Desde que o falante enuncie uma sentença que significa “p” e manifeste a intenção para comunicar alguma coisa para o ouvinte, uma hipótese razoável é que ele comunique “p”. Nesse caso, o ato de fala será designado como um conteúdo particular [como um resultado de interpretação pragmática]; e aquele conteúdo coincidirá com o conteúdo que será designado à sentença [como um resultado de interpretação semântica]. Então, a interpretação semântica da sentença é parte da evidência usada ao pragmaticamente se determinar o conteúdo do ato de fala. Mas, Recanati defende que há casos em que os dois conteúdos não coincidem: a sentença quer dizer “p”, mas não é o que o falante quer dizer – [o que ele pretende comunicar]. Recanati (2004) expôs o quadro Literalista da relação entre interpretação semântica e

pragmática, criticando-o. Ele também discute sobre o quadro Literalista e a Visão Sincrética, propondo que no quadro Literalista há uma distinção básica entre o que a sentença diz e o que o falante quer dizer, mesmo quando eles coincidem, o que também ocorre na Visão Sincrética. Recanati (2004) sustenta que alguém precisa compreender o que um falante quer dizer ao proferir uma sentença, e isto pode requerer uma boa quantia de interpretação pragmática. Ele julga que o Literalismo minimiza a questão da sensibilidade contextual e esforça-se a preservar a ideia de que a proposição expressa pela sentença é o significado linguístico daquela sentença. Ele conclui que para um contextualista o conteúdo proposicional de um enunciado depende do contexto e não do significado linguístico da sentença. Recanati aborda que para a noção: “O que o falante diz” – o que é dito no sentido pragmático - não precisa ser idêntico ao que a sentença diz. Segundo o autor, frequentemente, o que é dito pelo falante é mais rico do que o que a sentença diz.

Logo, é possível entender que há duas noções “do que é dito”:

(a) uma é a produção de interpretação semântica. É o que a sentença diz;

(b) a outra é um aspecto particular do significado do falante. É o que o falante declara. Essa distinção é central na Visão Sincrética, porém essa perspectiva não desconsidera nem a primeira nem a segunda noção.

3.1 PROBLEMAS APONTADOS POR RECANATI (2004) EM RELAÇÃO À VISÃO SINCRÉTICA

(1º) **PROBLEMA apontado por Recanati (2004):** O autor sustenta que há alguma coisa profundamente errada com o quadro literal – (e a Visão Sincrética de certa forma está baseada neste quadro). O que é problemático, segundo o autor, é a hipótese de que a interpretação semântica pode comunicar alguma coisa, tal como, determinar uma proposição completa. Recanati defende que a interpretação semântica não comunica uma proposição completa.

A partir daí, Recanati discute a questão das sentenças que apresentam índices (dêiticos). Logo, menciona um comentário de Bach de que há dois tipos bem distintos de contexto, e cada um desempenha um papel bem diferente:

(1) *Contexto amplo* que se refere a qualquer informação contextual relevante para determinar a intenção do falante e a interpretação bem-sucedida do ato de fala.

(2) *Contexto limitado* refere-se à informação especificamente relevante para determinar o valor semântico dos [índices].

(1) e (2) Contexto amplo é pragmático e contexto limitado é semântico.

O autor propõe que em sentenças que contêm expressões como AQUI e AGORA, que são expressões tradicionalmente consideradas como índices “puros”,

o valor semântico delas é: o local e o momento do contexto. Porém, a partir daí, Recanati questiona de maneira crítica:

- (a) O que é entendido como o local e o momento do contexto?
- (b) Como deve ser o local e o momento em questão?

Em seguida, ele argumenta que as respostas às questões dependem do que o falante quer dizer no contexto amplo. Segundo o autor, AQUI pode referir-se a esta sala, esta construção, esta cidade, este país, e assim por diante, e a mesma indeterminação afeta AGORA. Pode-se entender que aquela característica do AQUI e do AGORA é a regra de que aquela expressão se refere para “o” local e para “o” momento do contexto – uma regra que automaticamente determina um conteúdo, dado um contexto (limitado) em que ao (local) e ao (momento) são dados valores específicos; mas, então se deve deixar um processo pragmático fixar o valor em questão, isto é, determinar qual contexto limitado, entre muitos indefinidamente compatíveis com os fatos do enunciado, servem como argumento ao caráter funcional. Recanati defende que a interpretação de uma sentença não é determinada pelo contexto limitado, mas é determinada pela intenção do falante e pelo contexto amplo.

(2º) PROBLEMA apontado por Recanati (2004): Recanati afirma que uma interpretação particular, no caso, a interpretação literal deve ser rejeitada. O autor propõe que não há tal coisa como: “O que a sentença diz” no sentido literal, isto é, não há tal coisa como uma proposição completa automaticamente determinada pelas regras da linguagem com respeito ao contexto e independente do significado do falante. Ele sustenta que não há tal coisa para comunicar em ordem uma proposição completa através da saturação⁴, nós devemos apelar para o significado do falante.

(3º) PROBLEMA apontado por Recanati (2004): O autor julga que não é coerente definir a noção pragmática do que é dito a partir da noção semântica do que é dito. Ele propõe o inverso. Para tanto, ele apresenta uma outra possibilidade de interpretação para a noção semântica “do que é dito”. Segundo o autor, em vez da construção “o que é dito” como uma propriedade não-pragmática da sentença, independente do significado do falante, pode-se começar com a noção pragmática do que é dito, e definir a partir daí a noção semântica. A estratégia, nesse caso, consiste em identificar o que é dito no sentido semântico a partir do que é dito no sentido pragmático.

⁴ De acordo com Grice, saturação auxilia na geração de proposições. Transforma variáveis em constantes. Por exemplo: Ele é inteligente → (x) é inteligente → Mário é inteligente.

(4°) PROBLEMA apontado por Recanati (2004): Segundo o autor, o que é dito no sentido semântico mínimo não pode ser abstraído/identificado do que é dito no sentido pragmático, simplesmente porque o sentido semântico não precisa ser parte do pragmático.

Porém, Recanati também aborda que a proposição mínima não é independente do significado do falante. Por outro lado, o legado da proposição mínima não corresponde necessariamente a um aspecto do que o falante quer dizer ou afirmar, ela não pode ser abstraída/identificada do que é afirmado.

Recanati argumenta que um enunciado que é “semanticamente indeterminado no nível puramente literal” depende de alguma forma da interpretação não-literal do enunciado e; portanto, não pode ser realizada no nível literal. Este é um caso em que não é possível (mesmo em princípio) determinar a proposição literalmente expressa antes de determinar o que o falante quer dizer não-literalmente. O autor apresenta um exemplo para ilustrar a sua posição.

Isto é, ele supõe que tivesse existido uma luta ritual entre, respectivamente, cinco guerreiros e cinco feras. As feras são: um lobo, um leão, uma hiena, um urso e um jacaré. Os guerreiros estão armados com espadas e escudos com decorações distintas (o 1º guerreiro tem a lua no escudo dele, o 2º tem a Torre Eiffel, o 3º tem um leão rugindo, e assim por diante). Cada guerreiro está indicado a uma fera particular que ele deve apunhalar para matar. Depois do ritual de luta, as feras estão com as espadas nos seus corpos. Este é o contexto. Em seguida, Recanati solicita que se imagine alguém enunciando a seguinte frase, nesse contexto:

“Traga-me a espada do leão – Eu quero olhá-la”.

Segundo Recanati, há duas interpretações acessíveis para “o leão”:

- (a) “o leão” pode ser interpretado literalmente como fazendo referência ao leão (uma das feras); ou,
- (b) não-literalmente como fazendo referência ao guerreiro que tem (uma pintura de) um leão no escudo dele.

Recanati supõe que a interpretação correta é a segunda: o falante atualmente refere-se ao guerreiro com o leão no escudo e quer ver a espada desse guerreiro (isto é, a espada que emerge no corpo do urso, por exemplo). Nesse caso, Recanati questiona, criticamente: qual é a proposição mínima expressa pelo proferimento, neste contexto? O autor, de maneira crítica, duvida que haja uma proposição mínima, mas argumenta, ironicamente, que se o minimalismo insiste, é preciso determiná-la. Nesse caso, segundo o autor, deve-se dar à palavra “leão” a interpretação literal, porque a interpretação não-literal resulta de um processo não-minimalista. O resultado, segundo Recanati, é monstruoso, isto é: “A ESPADA QUE O LEÃO (O ANIMAL) USOU DURANTE A LUTA”. A proposição mínima determinada é

absurda. Recanati afirma que não há outro modo para determinar contextualmente o valor da sentença, mais precisamente, da expressão - “espada do leão”-, a não ser apelando ao significado do falante.

3.2 TENTANDO TRAZER RESPOSTAS ALTERNATIVAS AOS PROBLEMAS APONTADOS POR RECANATI (2004)

Ao apontar os problemas, acima apresentados, parece-me que Recanati tem como proposta principal mostrar que “o que é dito” por si só não carrega significado algum. E que o falante é o próprio “significador ambulante” “do que é dito”. Parece-me que as palavras não têm um significado literal e fixo, de acordo com o julgamento recanatiano. Se assim fosse como poderia haver comunicação? Como dois ou três ou mais interlocutores poderiam estabelecer um diálogo com sucesso se a proposição mínima do que é dito não é necessária e deve ser descartada, tal como julga Recanati (2004)? Não sendo a favor de tal consideração recanatiana, acredito que só a partir de um conteúdo proposicional literal, fixo, convencional e que possa ser compartilhado pelos falantes, é que um diálogo e/ou conversação pode funcionar e se desenvolver com sucesso. Se assim não fosse cada qual poderia compreender e usar palavras e sentenças de maneira muito subjetiva. Nesse caso, a conversação se daria por adivinhação?

Neste artigo, a partir da análise realizada sobre a perspectiva de Recanati, acima apresentada, tenta-se trazer respostas alternativas ao que Recanati considera problemático na Visão Sincrética, tenta-se mostrar que a Visão Sincrética é uma perspectiva que distingue e aproxima os princípios semânticos e pragmáticos, é uma alternativa condizente para entender como compreendemos “o que é dito” e não uma versão tão problemática, como expõe Recanati (2004).

Resposta alternativa ao 1º problema: Recanati, como todo bom contextualista, argumenta que a representação semântica é incompleta. E para realizar esse tipo de afirmação, prende-se, principalmente, às sentenças indiciais. Porém, argumenta-se que isso que Recanati considera um problema pode não ser um. Por exemplo, quando se diz “Está quente”, mesmo que os elementos como: AQUI, CÁ, LÁ, etc, não estejam expressos na sentença, não deixam a proposição incompleta. Pois, a sentença “Está quente” é verdadeira se e somente se “Está quente”, e deve fazer calor em algum lugar, logo a sentença é verdadeira se e somente se está quente em algum lugar. Como propõe Moura (2007: 8),

o lugar não é especificado na sentença, mas isso não é problema: podemos quantificar a variável de lugar e traduzir a sentença como: existe um lugar x tal que está [...] [quente] em x. Note que essa tradução capta perfeitamente as condições de verdade de “Está [...] [quente]”, mas é claro que pragmaticamente podemos

inferir que esse lugar é aqui, como aliás poderia ser outro lugar (imagine que você está preocupado com a seca que tem assolado o Nordeste e seu amigo diz: Está [...] [quente] agora. Ele deve estar querendo dizer: está [...] [quente] lá no Nordeste agora). Continua sendo verdadeiro, nesse caso, que “existe um lugar x tal que está [...] [quente] em x”. Obviamente, essa tradução diz menos do que é necessário para a comunicação, mas qual o problema disso? Nem tudo o que pensamos vem expresso nas palavras que dizemos, mas isso não implica que elas não tenham sentido por si mesmas.

Resposta alternativa ao 2º problema: Como assim, rejeitar o sentido literal. Então, quer dizer, que todas as palavras, as sentenças formadas através da combinação de palavras são nulas de significação? As palavras não têm significado por si mesmas? Se assim for, a interpretação do que uma sentença diz se dá por adivinhação. Imagine duas pessoas dialogando, para que a conversação se realize com sucesso é preciso que os falantes compartilhem das mesmas informações. Por exemplo, se um falante A disser algo como: “eu ganhei uma bicicleta”, B deve saber e entender a sentença “ganhei uma bicicleta” e isso só será possível se a sentença apresentar um conteúdo proposicional, um sentido literal, convencional e fixo, para que ambos possam compartilhar da mesma informação que está em jogo durante a conversa, caso contrário, A pode estar falando de algo que é completamente diferente do que B pensa entender e, vice-versa. Logo, se o conteúdo proposicional deve ser descartado, conforme propõe Recanati (2004), parece-me que a única saída seria a adivinhação. Pois, o conteúdo semântico de uma sentença é a informação que um falante/ouvinte competente pode com confiança afirmar e comunicar. É um tipo de denominador mínimo comum determinado pelo conhecimento linguístico compartilhado por todos os falantes competentes, contextualmente junto com os fatores relevantes, tais como: o tempo, o lugar, e o agente do contexto; a identidade dos indivíduos demonstrada pelos falantes; e os referentes dos nomes, como usado no contexto. Desta forma, de acordo com o Soames (2002), o conteúdo semântico de uma sentença funciona como um tipo de centro mínimo ao redor do que falantes/ouvintes podem estruturar.

Resposta alternativa ao 3º problema: Aqui, respondo com base em Soames (2002), isto é, a favor de Soames, argumento, com base nas palavras dele, que para identificar o conteúdo semântico a partir do pragmático é preciso *filtrar* o conteúdo pragmático, pois esse traz inferências, implicaturas, enfim, informações avulsas, extralinguísticas e subjetivas que vão além do que uma sentença propriamente diz no seu sentido literal.

Resposta alternativa ao 4º problema: Recanati insiste em afirmar que o sentido semântico mínimo não é necessário para entender “o que é dito” e, eu

insisto, tal como já justifiquei nas respostas anteriores, que o conteúdo semântico mínimo é fundamental para a interpretação. Acredito que o próprio Recanati se contradiz em dados momentos, pois primeiro ele afirma que a proposição mínima é desnecessária e deve ser rejeitada e, em seguida, afirma que a proposição mínima não é independente do significado do falante, isso mostra uma contradição; pois, primeiro ignora e depois considera a existência de uma proposição mínima. Outra contradição perceptível é quando assegura que o conteúdo semântico deve ser identificado a partir do pragmático e, em seguida, afirma que isso não é possível pelo fato de não haver conteúdo semântico. Parece que o próprio Recanati também dúvida e não está muito certo das suas próprias suposições sobre o conteúdo semântico.

É certo esclarecer que em nenhum momento a Visão Sincretica exclui o significado do falante, muito pelo contrário, o objetivo da Visão Sincretica é distinguir e ao mesmo tempo tentar mostrar o sincretismo que pode ocorrer entre aspectos semânticos e pragmáticos na compreensão “do que é dito”. E quanto ao exemplo apresentado por Recanati: “Traga-me a espada do leão – Eu quero olhá-la”, usarei as palavras de Moura (2007: 9) para argumentar que os contextualistas como Recanati sustentam que nesses casos

só o sentido derivado importa, pois [julgam que] de outra forma teríamos uma sentença absurda [...], é claro que é o sentido metonímico que é usado, mas o argumento falha ao inferir com base em um exemplo de metonímia contextual a idéia de que TODA a linguagem é também contextual. Nesse tipo de uso específico, como podemos dispensar o contexto, se é o contexto que serve de ancoragem para o sentido? Isso absolutamente não prova que todas as sentenças precisem de contexto inferível a partir das intenções comunicativas. Prova apenas que nessa sentença o contexto é necessário.

Além disso, a questão da polissemia regular (com base em Nunberg (1992)) também explica esse tipo de caso, isto é, certas comunidades de falantes criam, elaboram, fornecem suas próprias regras para interpretar esse tipo de frase (MOURA, 2007). Um exemplo bem conhecido atualmente é a regra regular em que os signos de alimento são convertidos em signos de consumidores. Por exemplo: “O pão de batata está doente, por isso não veio à aula”. Portanto, concluiu-se, tal como Moura (2007: 9), que se pode “[...] muito bem questionar a idéia de que é preciso passar pela intenção específica de um falante específico para chegar às condições de verdade [...]” de uma sentença como: “Traga-me a espada do leão – Eu quero olhá-la”.

4 UMA POSIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário da perspectiva Contextualista, em especial ao contrário das ideias de Recanati (2004), julgo a Visão Sincrética uma alternativa favorável à compreensão do que é dito. Pois a distinção central da Visão Sincrética é que há duas noções do que é dito:

- (1ª) o que a sentença diz (sentido semântico);
- (2ª) o que o falante diz (sentido pragmático);

porém, nenhuma noção é descartada, ambas são consideradas. Isto é, a perspectiva sincrética tenta mostrar que uma sentença apresenta um conteúdo proposicional (que pode ser gerado a partir da saturação) e também intenções por parte de quem usa determinada sentença, no caso, o falante.

A meu ver, a perspectiva sincrética tenta distinguir semântica & pragmática, porém ao mesmo tempo, tenta mostrar que ambas são utilizadas na interpretação do que é dito. O próprio Searle (2008) supõe que uma sentença tem conteúdo proposicional e o que pode mudar são as intenções do falante. Por exemplo:

ATO ILOCUCIONÁRIO	ENTIDADE	PROPRIEDADE	PROPOSIÇÃO
┆	(1) João	fuma muito.	= Proposição
?	(2) João	fuma muito?	= Proposição
!	(3) João,	fume muito!	= Proposição
	↓	↓ ↓	
	Sujeito	Verbo Advérbio	

Quadro (4): Exemplos que ilustram o conteúdo proposicional e as intenções do falante.

É possível, observar, a partir dos exemplos do quadro (4), de acordo com a versão de Searle, que a proposição e/ou conteúdo proposicional é igual em todas as sentenças, o que muda é o ato ilocucionário, isto é, a intenção do falante - (ato de

prometer, afirmar, ameaçar, etc). Da mesma maneira, a abordagem griceana supõe que uma sentença apresenta um conteúdo proposicional, o qual pode ser genérico e lacunar; as inferências pragmáticas só entram em jogo depois que o conteúdo proposicional for assimilado. Pois, as inferências pragmáticas que podem ser realizadas estão baseadas na relevância e na quantidade de informação que é fornecida.

Desta forma, não se pode aceitar que o significado do que é dito só será atribuído pelo falante e que o significado da sentença é desnecessário e pode ser descartado, tal como sustenta Recanati (2004). Perante a discussão realizada, conclui-se que há, sim, um núcleo fixo de significação do que é dito; há, sim, uma parte fixa e uma parte negociável nos sentidos das palavras, portanto a Visão Sincrética é uma alternativa que tenta mostrar que se deve considerar as duas noções: Semântica & Pragmática na interpretação do que é dito, mesmo sendo noções distintas.

Quadro (5): Visão Sincrética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Kent. Semantic Slack. In: TSOHATZIDIS, Savas. *Foundations of Speech Act Theory*. Routledge, 1994a.

_____. Conversational Implicature. In: *Mind and Language* 9, 1994b.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Unicamp/Eduel, 2003.

FODOR, J. Semântica: uma entrevista com Jerry Fodor. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, vol. 5, n. 8, mar. de 2007. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2009. Às 13 horas.

GRICE. H. P. Lógica e conversação. (Trad. João Wanderley Geraldi). In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da lingüística*. Vol. IV. Campinas, 1982.

ILARI, R; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática. 1992.

MACIEL, C. T. B. *Aspectos constitutivos da subjetividade e da identidade de professores de português como língua materna do oeste do Paraná*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística Aplicada) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2001.

MEY, J. (Org.). *Concise encyclopedia of pragmatics*. Elsevier: Amsterdam, 1998.

MOURA, H. M. de M. *Significação e Contexto*. Florianópolis: Insular, 2000a.

_____. Os limites da Semântica e da Pragmática. *Graphos*, Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB, João Pessoa, 2000b, pp. 21 – 32.

_____. Pragmática: uma entrevista com Heronides Moura. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, vol. 5, n. 8, mar. de 2007. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2009. Às 13 e 30 horas.

NUNBERG, G.; ZAENEN, A. Systematic polysemy in lexicology and lexicography. In: TOMMOLA, H.; VARANTOLA, K.; TOLONEN, T.; SCHOPP, J. (orgs.). *Proceedings of euralex 2* (University of Tampere), 1992, Parte II.

OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. . In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística*. domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 17-46.

OLIVEIRA, R. P. de. *Conceitos básicos da Semântica*: Módulo 1. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~pires/>>. Acesso em: ago. de 2006. Às 15 e 30 horas.

RECANATI, F. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PLAZA, J. Pragmática. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 47-68.

SALMON, Nathan. The pragmatic fallacy. In: *Philosophical Studies* 63, 1991.

SEARLE, J. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SOAMES, Scott. *Beyond Rigidity: the unfinished semantic agenda of naming and necessity*. Oxford University press, 2002.

SEMANTICS & PRAGMATICS: IN/DEPENDENT FIELDS

ABSTRACT: This article presents itself a proposal to rethink the relationship between the disciplines: semantics & pragmatics. It questions the perspective of Recanati (2004) which proposes the propositional content of the sentence is unnecessary and only what the speaker says in the pragmatic sense must be taken into account when interpreting "what is said." For analysis of this relationship: sentence meaning & meaning of the speaker, it has taken the case of Syncretic View (cf. BACH (1994a, 1994b); SOAMES (2002)) and the Contextual Perspective of Recanati (2004), the first perspective distinguishes the notions: semantic & pragmatic, and does not ignore either one or another perspective, whilst the latter rejects the semantic component, considering only the pragmatic when interpreting "what is said."

Keywords: Semantics. Pragmatics. What is said.

Recebido em 30 de outubro de 2009; aprovado em 25 de novembro de 2009.